

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO DISCURSO DA PROPAGANDA

Helena H. Nagamine BRANDÃO (Universidade de São Paulo)

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyse the constituents of subjectivity, i.e., the ways the speaker, his interlocutor and his referents are represented in discourse. The material of analysis is an institutional advertisement chosen from a set created by Petrobrás. The focus of analysis is the interactive game proposed by the speaker, through the use of strategies, aiming at creating certain meaning effects in order to guide the reading (comprehension) of the text. The underlying theory is given by the French approach towards Discourse Analysis, as well as by elements of Enunciation Theory.

Como toda atividade de linguagem é um processo marcado pela inscrição do sujeito, partimos do pressuposto de que, dentre os componentes a serem analisados no estudo de uma prática discursiva, estão aqueles ligados à presença dos traços lingüísticos que instauram a subjetividade. Nesse sentido, as unidades lingüísticas que carregam, por excelência, essas marcas de subjetividade, no domínio das funções demonstrativas, são os dêiticos (Benveniste, 1966).

1. A Referência Dêitica

Para Kerbrat-Orecchioni (1980:35), a "referência" é o conjunto dos mecanismos que fazem corresponder a certas unidades lingüísticas, certos elementos da realidade extra-lingüística. Ela distingue três tipos de mecanismos referenciais:

a. referência absoluta: quando, para denominar x, basta levar em consideração este objeto x, sem necessidade de nenhuma informação a mais: uma moça loira;

b. referência relativa ao contexto lingüístico: na escolha de um termo para designar x, o locutor toma y como elemento de referência. Ex.: a irmã de Pedro - o significante irmã não está ligado de maneira absoluta ao objeto x, uma vez que este mesmo objeto pode ser denominado também "esposa de Eduardo", "prima de Roberto" etc., dependendo do elemento y que foi selecionado como ponto de referência;

c. referência relativa à situação de comunicação ou dêitica: enquanto que, no caso anterior, a escolha do termo x não depende diretamente da situação de alocação, aqui *"a escolha da unidade significante apropriada e sua interpretação referencial se fazem levando em conta dados particulares da situação de comunicação, isto é, do papel que x exerce (locutor, alocutário, delocutário) no processo de alocação"*, podendo ser apresentado pelos pronomes pessoais: eu/tu/ele (e respectivas variações). Desse tipo de referência participam os dêiticos (shifters ou embrayeurs, segundo Jakobson), *"um conjunto de signos vazios, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis e que se tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (...). O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso"* (Benveniste, 1966).

A referência dêitica, portanto, leva em conta não só as outras unidades internas do discurso, mas elementos que lhe são exteriores e que dizem respeito à situação de comunicação.

Kerbrat-Orecchioni. (1980:36) propõe a seguinte definição para os dêiticos: *"unidades lingüísticas cujo funcionamento semântico-referencial (seleção na codificação, interpretação na decodificação) implica levar em consideração certos elementos constitutivos da situação de comunicação, a saber:*

- o papel que têm no processo da enunciação os actantes do enunciado;

- a situação espaço-temporal do locutor e, eventualmente, do alocutário".

No mecanismo de deitização, três componentes básicos se destacam, portanto: pessoa, espaço, tempo, formando o que Parret (1986) chama de triângulo dêítico.

Nesse sistema, os pronomes pessoais constituem o primeiro ponto de ancoragem para a inscrição da subjetividade na linguagem. Em torno deles e a partir deles, a linguagem organiza os outros indicadores da dêixis. Os pronomes demonstrativos, os advérbios e as expressões adverbiais, por exemplo, estabelecem relações espaciais ou temporais em torno do sujeito tomado como ponto de referência. Todos eles apresentam como denominador comum o fato de se definirem pela contemporaneidade com a instância do discurso na qual são produzidos (Benveniste, 1966: 288).

Passaremos, em seguida, a verificar como se dá concretamente o funcionamento discursivo dos dêíticos em relação à categoria de pessoa.

2. Os Protagonistas do Discurso: Mecanismos de Deitização

Analisaremos uma propaganda da Petrobrás (V. anexo) produzida em 1979 pelo SERCOM (Serviço de Comunicação Social da própria empresa). Este anúncio fez parte da campanha "A Luta Continua" cujo objetivo era refazer a imagem da Petrobrás.

Ao nível da superfície textual, um levantamento dos dêíticos indicadores de pessoa nos fornece o seguinte quadro:

- um locutor que nunca se manifesta na forma pronominal eu, mas como um nós e, assim mesmo, de forma implícita (através dos pronomes nos, nossa e da terminação verbal);
- um alocutário, marcado explicitamente: você;
- um referente, marcado explicitamente: ela (= Petrobrás).

Uma leitura mais acurada do texto vai nos mostrar

uma configuração mais complexa desse quadro.

2.1 A Instância do Locutor

Em "*A Petrobrás fez uma pesquisa e descobriu que andam falando mal dela*", todo enunciado é produzido por um locutor que denominaremos L_1 .

No interior da enunciação de L_1 , entretanto, indica-se a enunciação de L_2 (inclusive na classe dos que falam mal da Petrobrás). O falar "*mal*" está materializado em dois enunciados de L_2 , que são mencionados na enunciação de L_1 , através do discurso citado: "*A Petrobrás só pensa em lucro*"; "*A Petrobrás não descobre (...) incapacidade técnica*".

Acrescentemos ainda que L_1 - o locutor - é uma voz delegada, isto é, porta-voz, é uma voz que enuncia por delegação da instituição Petrobrás (L_0). Na verdade, quem está por trás de toda essa fala é a própria Petrobrás. A presença de L_0 se concretiza através do logotipo que na propaganda é uma espécie de assinatura.

Para Ducrot (1984), a assinatura tem duas funções:

1. a primeira é acessória e circunstancial e serve para indicar qual é o locutor, o ser designado pelo eu a quem é imputada a responsabilidade do enunciado. A assinatura preenche este papel somente quando é legível e quando o texto que a precede não comporta indicação do locutor;
2. a segunda função, essencial, serve para assegurar a identidade entre o locutor indicado no texto e um indivíduo empírico, e, esta função, a assinatura cumpre graças a uma norma social que exige que ela seja autêntica. O autor empírico da assinatura deve ser idêntico ao ser indicado no enunciado como seu locutor.

Portanto, temos ao nível do locutor um tríplice desdobramento do sujeito da enunciação:

- L_1 (= L) - o responsável pela totalidade da fala contida no texto;
- L_2 - cuja fala é mencionada (entre aspas) por L_1 que se coloca numa perspectiva genérica E_2 (gco): "*andam*

falando..."; por trás de L_1 , atuando como monitor, está: L_0 ;

- L_0 = Petrobrás — que aparece como o ser referido pelo discurso (= ela).

Mas, enquanto instituição que, através do seu serviço de comunicação (SERCOM), encomendou a propaganda, é o ser que se identifica com o autor empírico do enunciado.

L_1 é, então, porta-voz de L_0 de cuja perspectiva (E_0) ele fala. Esquemáticamente poderíamos representar esse jogo multiplicador de locutores da seguinte forma:

$$L_1 (E_1) \left\{ \begin{array}{l} E_2 (gco) \equiv L_2 \\ E_0 \equiv L_0 (Petrobrás) \equiv \text{Autor} \end{array} \right.$$

Qual o estatuto desse locutor cuja enunciação encobre essa multiplicidade de papéis? Por que ele se manifesta através de um *nós* e não de um *eu*?

A respeito do *nós*, Benveniste (1966) denuncia a complexidade particular embutida nessa forma plural. Para ele, *nós* não implica apenas uma pluralização, uma soma de vários objetos idênticos, ou seja, de vários *eus* que falam, o que contrariaria as duas características fundamentais do *eu*: sua unicidade e subjetividade. O plural *nós* seria "uma junção entre o *eu* e o *não-eu*". A constatação desse fato o leva a reconhecer um plural *nós* - *inclusivo* que seria a junção de *eu* + *você* (pessoas entre as quais existe a "correlação de subjetividade") e uma forma de plural *nós* - *exclusivo* que seria a junção de *eu* + *ele* ("formas que se opõem como *pessoal* e *não-pessoal*").

No anúncio em questão, podemos dizer que há uma flutuação semântica do *nós* que pode permitir uma leitura que oscila entre as formas *inclusivas* e *exclusivas*. Explicando melhor:

- ora o *nós* parece representar a junção *eu* + *ela* (Petrobrás);
- ora parece ser a junção de *eu* + *você*.

Vejamos como se dá esse processo de interpretação enunciativa resultante da ambigüidade do *nós* em dois enunciados onde aparece o mesmo dêitico *nossa* (= de *nós*).

- (a) *"E se encontramos petróleo na terra dos outros, por que não em nossa própria terra?"*
 (b) *"Felizmente, segundo a nossa pesquisa, a grande maioria das pessoas fala bem".*

Em (a) o *nossa* parece englobar o *você*. Teríamos então um *nós* que é: eu + *você*. O substantivo "*terra*" mobiliza um componente emocional de conotação axiológica, pois remete à idéia de país, nação, sobretudo pátria. É uma estratégia de aproximação entre locutor / interlocutor. Cria-se, assim, um clima de maior envolvimento, procurando o locutor enredar o interlocutor na mesma trama.

Em (b) o *nossa* parece representar a junção de eu + ela (Petrobrás = quem fez a pesquisa) ou L₁ + L₀. A passagem de um *nossa* (eu + *você*) para um *nossa* (eu + ela) nos mostra formalmente, na materialidade lingüística do texto, um deslizamento semântico já indiciado desde o início em "*A Petrobrás fez uma pesquisa...*" (= a pesquisa da Petrobrás). Com isso, fica evidente que a expressão "*nossa pesquisa*" inclui Petrobrás e, conseqüentemente, o ela. Por outro lado, com essa representação estabelecesse, em relação ao *você*, uma maior distância, por causa da objetividade exigida por uma situação de avaliação (objetividade traída logo em seguida pelo modalizador avaliativo "*felizmente*").

Vejamos agora a contrapartida: por que não eu? O que indicaria o fato de eu não aparecer explicitamente no texto? Levantamos as seguintes hipóteses:

1. em eu, o destinatário não se incluiria, em *nós*, sim;
2. em eu, a relação com a Petrobrás não estaria atestada, em *nós*, sim;
3. pressuposto no *nós*, o eu sendo sempre referido ao *você* ou ela instala propositadamente uma ambigüidade: com a indefinição criada, ele pode ser inclusivo/exclusivo.

Assim, não marcando o eu e usando a forma plural, nós, o texto passa a expressar uma generalização, uma amplificação do círculo do emissor. Amplificação pressuposta no próprio objetivo da campanha: o de transformar em porta-voz da Petrobrás cada um que ler os anúncios.

2.2 A Instância do Referente

Já dissemos que o referente é a Petrobrás, marca do explicitamente no discurso pelo dêitico ela. Já dissemos também que L_1 enuncia por L_0 (que assina Petrobrás).

Se L_1 enuncia por L_0 , a voz que delega e a voz delegada se identificam. Ao identificarmos L_1 a L_0 , descobrimos, numa relação metonímica, um novo nível de identificação, agora, fora da instância do locutor:

$$L_1 = L_0 = R \text{ (Referente)}$$

Isto é, quem fala e quem é falado constituem uma só entidade. A enunciação é sui-referencial na medida em que a fala do locutor se dobra sobre si mesma. Em outros termos, a Petrobrás fala de si mesma não como um eu explícito, mas como ela, um referente, criando com isso uma ilusão de objetividade.

Portanto, a ambigüidade se instala também em relação ao referente que se manifesta:

- ora como a terceira pessoa, isto é, o objeto do discurso;
- ora como um porta-voz do próprio elemento referido ao se imiscuir na instância do locutor.

Essa forma de funcionamento discursivo do referente corrobora a colocação de Parret (1986) que incluiu a categoria de pessoa (eu X tu-ele), contrariamente ao que faz Benveniste (1966) cuja relação (eu-tu X ele), exclui o ele, tratando-o como "não-pessoa". No nosso caso, como já mostramos, o ele é pessoa e, mais do que isso, exerce o papel de locutor, podendo nomear-se EU.

2.3 A Instância do Alocutário

Nessa instância, a representação do alocutário se faz de três maneiras:

a. o voce é uma entidade autônoma que, distinta do eu, ganha uma ilusória identidade no processo de alocação. Ilusória identidade porque sob a máscara de um tratamento personalizante, o voce da propaganda visa a um interlocutor anônimo (qualquer um que leia o texto). Tratado como voce, o interlocutor, aparentemente, adquire "*um estatuto de sujeito discriminado entre um conjunto de indivíduos, designado como destinatário obrigatoriamente implicado e mais ou menos especificado na sua relação com o EU*" (Charaudeau, 1983). Na realidade, entretanto, esse voce é indiferenciado, intercambiável (Haroche, 1984). Ele se aplica a todos os brasileiros.

Essa estratégia discursiva exerce, entretanto, um papel importante no processo enunciativo, pois sua função é a de interpelar ideologicamente o indivíduo em seu jeito. Através dessa interpelação, dá-se o processo de assujeitamento, como diz Althusser (1970:93), em que o indivíduo - entendido como diferença, singularidade - passa a sujeito, situado histórica e socialmente, comungando da(s) mesma(s) crença(s) da comunidade em relação à instituição Petrobrás e tudo o que ela simboliza, devendo identificar-se ideologicamente com a "*grande maioria das pessoas*" que fala bem dela. O destinatário é seu jeito, mas sujeito sem território próprio, sem singularidade que o especifique. E, por isso, um sujeito descentrado, que produzido por um meio de comunicação de massa (a propaganda), engloba a todos indiferenciadamente (o adulto, a criança, o jovem, qualquer um de qualquer classe sócio-econômica).

b. o alocutário pode estar incluso em dois conjuntos em que se divide o grupo social: no grupo minoritário que "*fala mal*" ou no grupo majoritário que "*fala bem*". Nesse processo enunciativo, abre-se um espaço para o alocu

tário se situar; espaço que se preenche na atualização do texto pelo leitor que, interpelado, vai se colocar ou no grupo dos que creem no desempenho da Petrobrás ou no dos que "*falam mal*" dela. Para o preenchimento desse espaço, no entanto, o locutor imprime marcas na sua enunciação que procuram orientar o alocutário a posicionar-se.

Segundo Pêcheux (1975:197), "*os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes correspondem*". Dessa forma, "*a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina*".

Retomando formulações de Paul Henri, Pêcheux acrescenta que essa interpelação supõe necessariamente um dobramento na constituição do sujeito do discurso de tal forma que:

- um dos termos representaria o "*locutor*" ou "*sujeito da enunciação*" que se responsabilizaria pelos conteúdos postos;
- e o outro termo representaria o Sujeito dito universal, sujeito da ciência ou que se considera como tal.

Ainda, segundo Pêcheux, na relação constitutiva entre o "*sujeito da enunciação*" e o "*Sujeito universal*" podem-se distinguir várias modalidades subjetivas das quais duas são evidentes e cujos discursos ele caracteriza como o discurso do "*bom sujeito*" e o discurso do "*mal sujeito*".

Voltando à nossa análise, poderíamos dizer que a classe da "*maioria que fala bem*" seria constituída pelos "*bons sujeitos*" cujo discurso reflete espontaneamente o Sujeito universal, havendo um recobrimento do sujeito da enunciação e do Sujeito universal de tal modo que a "*tomada de posição*" do primeiro realiza seu assujeitamento sob a forma de sua identificação com o discurso do segundo. Em contrapartida, a classe da "*minoría que fala mal*" seria constituída pelos "*maus sujeitos*". Aqui,

o sujeito da enunciação volta-se contra o Sujeito universal, por uma "tomada de posição" que consiste em distanciar-se, questionar o que o Sujeito universal lhe propõe (Pêcheux, 1975:198).

O percurso analítico feito mostra que o texto procura dar a conhecer o discurso desse Sujeito universal (a Instituição) e firmar a opinião de cada um dos você que se insere na "maioria que fala bem" para que ele continue falando bem e fazendo parte do grupo. Procura também mostrar a "marginalidade" - enquanto sujeito de um discurso dissidente, que enuncia sem conhecimento de causa - do você que "fala mal", acentuando seu caráter minoritário e trazê-lo, pelo assujeitamento discursivo-ideológico, para o grupo dos que "falam bem".

Verifica-se, assim, um confronto entre processos de constituição contraditórios:

- de um lado, processos de subjetivação coletiva (Guattari e Rolnik, 1986:39), agenciados por crenças, valores comuns a uma formação discursiva dominante;
- de outro, processos de anulação, de bloqueios de subletividades singulares, "marginais" (para o discurso dominante) e conseqüente busca de homogeneização ideológica através do assujeitamento. Ideologicamente, a diferença é ameaçadora e, portanto, ela deve ser eliminada.

c. o alocutário pode também estar incluso no nós, colocando-se na instância do locutor. Dessa forma, ele amplia, expande o âmbito do locutor ao incluir no nós, por um processo sinedôquico, um você que pode estender-se a 120 milhões de brasileiros que, enquanto sujeitos produzidos a partir de um mesmo "ponto de subjetivação" (Deleuze e Guattari, 1980) estarão imbuídos das mesmas idéias a respeito de uma instituição - símbolo da nossa soberania nacional, passando a constituir uma unidade, um só corpo.

3. Deitização e Processo de Monofonização

Retomando as três instâncias analisadas, verificamos uma subversão no quadro inicial. A tranqüilidade do enquadramento de:

- um nós na instância do locutor,
- um você na do alocutário;
- um ela (= Petrobrás) na do referente

é perturbada pela intromissão de um locutor que, para falar de si próprio, alarga os limites de suas fronteiras. Quer englobando o alocutário, quer como porta-voz do referente, a figura do locutor se espalha no texto. Isto é, nas três instâncias, o eu da Petrobrás se faz presente. Ele fala, portanto, de vários lugares. Ele não se apresenta como um sujeito uno, monolítico, mas como um sujeito que se divide e experimenta (ou se apossa?) outros lugares para enunciar a sua fala e conduzir o alocutário a uma determinada conclusão.

O desdobramento dos papéis do locutor com a sua intromissão em outras instâncias funda-se na pluralidade do sujeito como origem do discurso. Mas, na linguagem da propaganda essa pluralidade, em vez de indicar a carência de um sujeito precário que se divide e revela sua ambivalência, funciona como estratégia para uma tentativa autoritária de açambarcar todo o espaço discursivo e conduzir o processo de preenchimento do texto pelo leitor.

Essa pluralidade do sujeito, essa multiplicação de papéis aponta para uma característica fundamental do discurso: a polifonia. Essa noção, na lingüística, deriva de Bakhtin (Voloshinov, 1929) que parte do princípio de que toda palavra é dialógica, todo discurso é tecido pelo discurso do outro. Isto é, todo discurso tem dentro dele outro(s) discurso(s).

Neste texto, o que verificamos é uma manifestação singular do caráter polifônico da enunciação. É verdade que o locutor, ao espalhar-se no texto, assume diferentes funções enunciativas, mas essa pluralidade de dimen

sões do sujeito é uma estratégia de persuasão em que o locutor, procurando envolver o alocutário, não experimenta, mas, na verdade, se apossa do lugar do outro por que fala não da perspectiva do outro, mas da sua própria perspectiva.

O que ocorre, então, é um processo de monofonização da polifonia enunciativa (Orlandi e Guimarães, 1988), que se manifesta em dois níveis:

a. trazendo o alocutário para a esfera do locutor. Este passa a falar do lugar daquele, produzindo representações nas quais o alocutário se vê refletido. Ao fazer isso, demarca-se, entre locutor e alocutário, um espaço comum onde crenças são compartilhadas;

b. simulando um desdobramento de papéis na instância de locutor ($L_1 - L_0 - L_2$). Na realidade, todas as vozes se reduzem a uma só, desmascarando uma aparente polifonia. Isto é, tanto citando L_2 , quanto colocando-se como porta-voz de L_0 (Petrobrás), o locutor - L_1 - enuncia de uma única perspectiva E_0 que é a de L_0 .

A monofonização está, portanto, na redução das vozes dos três locutores a uma só perspectiva: a da Petrobrás, autor empírico do texto, cuja assinatura vem representada pelo logotipo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. (1970). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. (Tradução Moura Ramos). Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974.

BAKHTIN (Voloshinov, 1929). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (Tradução M.Lahud e Y.F.Vieira). São Paulo, Hucitec, 1979.

BENVENISTE, E. (1966). "O Homem na Língua". In: *Problemas de Lingüística Geral*. (Tradução de M.G.Novak e L.Neri). São Paulo, C.E.Nacional/EDUSP.

CHARAUDEAU, P. (1983). *Langages et Discours*. Paris, Hatte.

- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1980). "Postulats de la Linguistique"; "Sur quelques régimes des signes". In: *Mille Plateaux*. Paris, Ed. Minuit.
- DUCROT, O. (1984). "Esquisses d'une Théorie Polyphonique de l'Énonciation". In: *Le Dire et Le Dit*. Paris, Ed. Minuit.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Vozes.
- HAROCHE, C. (1983). *Faire Dire, Vouloir Dire*. Lille, Presses Universitaires de Lille.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'Énonciation de la Subjectivité dans le Langage*. Paris, A.Colin.
- ORLANDI, E.P. & GUIMARÃES, E.R.J. (1988). "Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito". In: *Sujeito e Texto*. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC, 31, 1988.
- PARRET, H. (1986). "Tempo, Espaço e Atores: A Pragmática do Desenvolvimento". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* nº 10, IEL, UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Les Vérités de la Palice*. Paris, Maspero.

A Petrobrás fez uma pesquisa e descobriu que andam falando mal dela.



Não são muitas, mas a Petrobrás acha importante discuti-las publicamente. Em primeiro lugar, ela não pensa só em lucro. Nada disso. Ela pensa, isto sim, em gerar todos os recursos de que o país precisa para aplicar em exploração e produção. Em 78, investiu 43 bilhões de cruzeiros, em suas atividades, praticamente o dobro de seu lucro líquido.

Em 79, está aplicando 58 bilhões. Feitas as contas, quem sai lucrando mesmo é o país: ano passado, economizamos 2 bilhões de dólares em divisas.

Em segundo lugar, a Petrobrás ainda não encontrou todo o petróleo de que o Brasil necessita. Mas descobriu tudo o que a natureza nos permitiu descobrir até agora. E você pode ter certeza de que ela está desenvolvendo um dos

maiores esforços exploratórios em todo o mundo. Lembre-se também que, se produzimos cerca de 16% de nosso consumo, o Japão produz apenas 0,3%, a França 0,9% e a Alemanha 4%. Somente 10% dos países do mundo produzem e exportam petróleo.

Em terceiro lugar, acredite nos técnicos brasileiros. Eles já provaram sua competência, localizando petróleo em águas profundas. Descobriram também, no traque, o maior campo petrolífero dos últimos 10 anos. Além de outras descobertas na Argélia e na Colômbia. E se encontramos petróleo na terra dos outros, por que não em nossa própria terra?

Ai estão algumas informações para quem anda falando mal da

Petrobrás. Felizmente, segundo a nossa pesquisa, a grande maioria das pessoas fala bem.



Petrobrás. A luta continua.

Onde foi que ela errou?

"A Petrobrás só pensa em lucro".

"A Petrobrás não descobre petróleo porque não pesquisa o suficiente e por incapacidade técnica".

Ai estão algumas opiniões, nada lisonjeiras, que a Petrobrás colheu numa pesquisa sobre a sua própria imagem.